

### 3. Pedra de Guaratiba: conflitos e multiterritorialidades

Para entender a multiterritorialidade que ocorre entre os pescadores na Pedra de Guaratiba, antes de tudo é necessário retornar ao discurso da empresa TKCSA na Alemanha citado anteriormente, que segundo os pescadores que visitaram a sede, a empresa afirma que é um local onde não há atividades inexpressivas. Para Hall (2002), esta maneira de caracterizar e/ ou classificar o local está de acordo com a lógica do Ocidentalismo<sup>7</sup>, onde a imagem do Ocidente decodifica diferentes lugares, culturas e sociedades, criando um padrão de comparação que remete a uma hierarquização. Dessa forma, o Ocidente tornou-se uma ideia através da construção de que o ocidental é um paraíso e o não-ocidental é o inferno, deixando o Ocidente identificado como mundo moderno. Outro autor considerado fundamental por Rua (2007) para compreender a Ocidentalização é Said (2002). O autor afirma que o Oriente ajudou a construir o Ocidente no contraste de ideias, isto é, mostra que o “Outro” (Oriente) foi importante para consolidar. Said (2002) deixa claro que os europeus alimentavam o orientalismo no Oriente, a fim de afirmar o ocidentalismo, material e culturalmente. Dessa forma, pensar no Oriente é refletir no Ocidente, ou seja, suas relações que foram configuradas lentamente permitindo uma absoluta colonização cultural e territorial.

Ao se pensar em mundo moderno tendo como referência o Ocidente é necessário retomar-te a frase da empresa TKCSA citada anteriormente: “Nós pensamos o futuro do aço” (Foto 12, pág. 52). Entretanto, a frase nada mais é que o reflexo da indissociabilidade entre espaço-tempo, isto é, ao qual Massey (2008) se refere, tornando o tempo essencial para a percepção de espaço, pois este é dinâmico. Pensar o futuro do aço é um discurso incluso no bojo da modernização para justificar a “importância” do projeto da empresa siderúrgica, que vai se sobrepor à atividade ali existente, a pesca artesanal.

---

<sup>7</sup> Entende-se aqui o Ocidentalismo como uma ideia, um conceito que identifica o Ocidente como mundo moderno, que não tem sentido somente de localização geográfica, mas sim para qualificar sociedades, sendo iniciado na Europa, entretanto, não está restrito à Europa (Hall, 2002).

Todavia, é um reflexo com uma relação profunda de mudança radical, onde o sistema econômico vai alterar o sistema social, como mostra Chesneaux (1996), a exemplo de Hong Kong, que afirma ser as mudanças rápidas que vão caracterizar o tempo da modernidade. Nesse sentido, pensar o futuro do aço é pensar a modernização pela dimensão econômica, mas que também irá alterar a dimensão sociocultural, neste caso os pescadores artesanais. A modernização, segundo Chesneaux (1996) traz riscos, impondo mudanças, as quais as sociedades sofrem a aculturação da forma de vida, proveniente do mundo “moderno”. Apoiado na ideia do autor, pensar o futuro do aço, aqui nos remete a pensar que domínio os pescadores artesanais tem do seu futuro.

Esse discurso reforça o entendimento da concepção de desenvolvimento como modelo de crescimento econômico, não se pode desprezar suas bases cunhada no pensamento Ocidental, pelo viés cultural. A lógica do desenvolvimento como modelo de crescimento econômico não pode ser pensada aqui separadamente da modernização via industrialização, se sobrepondo de maneira imposta sobre as chamadas “sociedades atrasadas”, a qual vem com o discurso da civilização e/ ou modernização dos lugares “atrasados” (MYRDAL, 2002). Esse discurso, para Hô (2006, p.39) se resume a ideia da “modernização estar assimilada à ocidentalização das estruturas econômicas, sociais e políticas dos países subdesenvolvidos.” Assim, o pescador artesanal está aquém ou fora da modernidade, sendo submetido ao discurso imposto do círculo vicioso da ignorância e da pobreza. A imposição do discurso é compreendida através do intercambio dos termos que Rua (2007, p. 144) coloca da seguinte forma:

“A modernização, progresso e desenvolvimento têm sido termos intercambiáveis e têm marcado o movimento do todo social como projeto civilizatório no Ocidente, e, paulatinamente, ao se tornar hegemônico, tal projeto, foi sendo imposto a todos os quadrantes do mundo.”

O discurso que se expandiu para o outro lado do mundo sempre foi utilizado no próprio Ocidente para dominação dos povos, que Ianni (1993) chama de “processo civilizatório”. Para Rua (2007, p. 147):

“O desenvolvimento continua a ser considerado como um processo (natural) que cria o novo, destruindo o velho, e em que o declínio e a destruição são parte de um ciclo. Pode ser, também, percebido como uma intenção, em que é possível agir em seu nome (do desenvolvimento) ou impor processos que o promovam”.

Os pescadores artesanais não fogem do poder deste discurso ao qual Ianni (1993), Hô (2006) e Rua (2007) se referem, pois são os próprios (os pescadores) os focos da dominação, por serem explorados através dos efeitos e das condições impostas por tal desenvolvimento. Nesse sentido, as rotulações aos pescadores artesanais, seguem a ideia da ocidentalização, sobretudo na forma de discurso para reafirmar a modernidade, pois segundo Diegues (2004b) são chamados de: “indolentes, mendigos do mar, ignorantes, além de serem considerados individualistas e não saberem defender seus direitos”. São classificações semelhantes que para Said (2002) não deixam de ser pretexto para uma dominação intelectual, com termos pré-elaborados para a imposição da hegemonia Ocidental que vem através do discurso. Essa hegemonia, que visa à homogeneização das sociedades através da universalização da cultura é consequência da modernização, que para Verhelst (1992, p.26) “é própria da sociedade industrial moderna” e “é sinônimo de ocidentalização”.

A modernização entendida por este viés da homogeneização das sociedades traz a compreensão dos chamados “projetos faraônicos” no Brasil, inclusos na teoria da recuperação do atraso<sup>8</sup> (VERHELST, 1992). Entretanto, mesmo esta teoria tendo seu auge nas décadas de 1960 e 1970, permanece atualmente, na mesma ideia de recuperar o atraso, mesmo tendo que aniquilar culturas, que para Verhelst (1992) é destruir a personalidade dos povos. A recuperação do atraso segue a lógica da modernização, que para Castoriadis (1987) é derivado de um termo infeliz, o “moderno”, pois se refere ao passado, simplesmente para impor o modelo a outras sociedades. Isto é advertido através de questionamentos dirigidos à Ocidentalização por Rua et al (2009) na tentativa de igualização, ao se referir que vem ocorrendo em escala locais, que para Latouche (1994, p. 84) é um “transplante da ocidentalização”, pois é uma “veste cultural da industrialização”, que muitas vezes sofre rejeição gerando conflitos, principalmente, por impor uma destruição das “estruturas econômicas, sociais e mentais tradicionais, apenas para serem substituídas por um montão de sucata destinada á ferrugem”.

---

<sup>8</sup> Expressos em planos ambiciosos, geralmente favorecendo à indústria. Lançamento de grandes projetos, especialmente do Banco Mundial, como rodovias, hidrelétricas gigantescas (Itaipu), instalações portuárias e outros projetos, que no Brasil ficou conhecido como projetos faraônicos (VERHELST, 1992).

A metáfora “sucata” utilizada por Latouche (1994) para indústria, é também entendida como um modelo de industrialização (aqui as siderúrgicas) a qual foi cunhado no Ocidente, mas que atualmente é recusado nos próprios países europeus ocidentais e imposto a outros países. Assim, no Brasil, especificamente a Baía de Sepetiba, vem sofrendo a imposição desse modelo pela instalação de várias indústrias (a maioria siderúrgicas), desde a década de 1960 com a Cia. Ingá Mercantil (atualmente falida, com a Usiminas sendo atual proprietária do terreno) até hoje com a TKCSA (proveniente da Alemanha), além da construção de portos a partir da década de 1970, com o porto de Itaguaí sendo pioneiro. Atualmente, novos investimentos com recursos públicos como os do PAC e privados são vetores de reprodução do espaço na Baía de Sepetiba, principalmente na construção de portos particulares das empresas que estão se instalando, como o da TKCSA.

A imposição de um modelo de “modernização” pelo viés da industrialização para Baía de Sepetiba gerou uma dicotomia através da apropriação/ dominação, caracterizando o mar como território, dando origem a conflitos e conseqüentemente à resistências, que ocorrem de maneiras variadas, fruto de suas variadas apropriações. O primeiro porto privado da Baía de Sepetiba, o da TKCSA, trouxe conflitos com os pecadores artesanais, na medida em que criou uma área de exclusão da pesca, onde os pescadores não podem armar suas cercadas nem pescar do barco, diante do aumento pelo fluxo de navios que aumentou. Além disso, o mar passou a ser mais vigiado pela Capitania dos Portos, que recebeu duas lanchas doadas pela empresa TKCSA, a qual vistoria as embarcações dos pescadores constantemente, verificando a legalidade da função.

Essa área de exclusão, processo de desterritorialização das práticas da pesca artesanal, segundo Haesbaert (2006) é a gênese para compreensão das multiterritorialidades existentes em Pedra de Guaratiba . Entretanto, não se pretende aqui dar conotação à desterritorialização como o fim do território, mas sim a sua reafirmação pelo viés da ideia complexa de reterritorialização (HAESBAERT, 2005). Todavia, é em Pedra de Guaratiba que se pretende discutir esta multiterritorialidade, principalmente por ocorrer de maneira singular.

A ideia da multiterritorialidade de Rogério Haesbaert (2006) foi construída com a finalidade de demonstrar que a desterritorialização não é a deterioração do território, mas a sua reafirmação, através da reterritorialização. Assim, os grupos sociais criam estratégias para criar seu próprio território que segundo Robert Sack (1986) são as territorialidades, práticas sociais marcadas no espaço. Nesse sentido, é relevante observar que:

Mais do que “território” unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou “multiterritorialidade”, melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num *continuum* que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrado, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço (HAESBAERT, 2006, p. 341, [grifo do autor]).

Contudo, territorialidades devem ser reconhecidas a partir da conotação dada ao conceito de território, quando Haesbaert (2006, p. 40) apresenta em três vertentes que considera como básicas:

- Jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado.
- Cultural (ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/ valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço.
- Econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Apesar de Haesbaert apresentar três vertentes para o entendimento do território é a cultural que evidencia as multiterritorialidades em Pedra de Guaratiba, por ser o lugar de vida da população tradicional (pescador artesanal) que cria estratégias (territorialidades) a fim de manter preservada sua identidade. Entretanto, a dimensão cultural apesar de priorizada não está isolada da econômica e da jurídica-política, pois se complementam na complexa formação das territorialidades dos pescadores artesanais.

Historicamente, os pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba criaram suas territorialidades através da apropriação do mar, que Diegues (2004, p. 203) chama de “apropriação social”, pois define como “um conjunto de práticas culturais de intervenção na natureza”, (Foto 13), considera, também (p.204) “apropriação tradicional do meio e dos recursos marinhos” como sinônimo de manejo e gerenciamento, tendo em vista que o termo apropriação codifica com mais facilidade os aspectos simbólicos que os pescadores artesanais estão envolvidos, concordando com a vertente cultural de Haesbaert (2001).



Foto 13: Cercada na Baía de Sepetiba, RJ.  
Fonte: APAPG, 2000.

### **3.1. Territorialidades em Pedra de Guaratiba: a (re) construção da identidade territorial do pescador artesanal**

Os pescadores artesanais da APAPG que se identificam por cercadeiros tem como estratégia a construção de armadilhas para a captura do pescado, que vai desde a seleção e preparação do eucalipto até a montagem da armadilha para a captura, que estão inclusas no valor simbólico (Foto 14). Segundo Pimentel (2004, p. 68-69) a cercada é uma “arte secular, legado deixado pelos índios e

conservado pelos pescadores artesanais, se perpetuou ao longo da história em várias comunidades que ainda sobrevivem da pesca.”

A territorialidade desse grupo social que vive em Pedra de Guaratiba sem dúvida, está associada à pesca artesanal. Entretanto, Diegues (2009) afirma que cada tipo de população tradicional tem uma relação específica com a água, marcada pela maior ou menor disponibilidade desse elemento e por tradições historicamente construídas. Assim, concordando com a ideia do autor podemos afirmar que os pescadores artesanais da APAPG por serem também cercadeiros têm a sua especificidade com a água, sendo esta que caracteriza, “a priori”, a sua territorialidade. A preparação da cercada para montar a armadilha na Baía pode durar semanas. Segundo o pescador Ivo a escolha do eucalipto que servirá de base para a esteira feita de bambu na montagem da armadilha é fundamental para ter uma cercada bem armada. Esses bambus são amarrados com nylon e empilhados para serem transportados ao local escolhido para a armadilha (Foto 15).



Foto 14: Preparação do eucalipto para a base da cercada.  
Fonte: PIMENTEL, 2004.



Foto 15: Amarrações de bambus para a armadilha.  
Fonte: PIMENTEL, 2004.

Após a fixação das bases de eucalipto, as amarrações já levadas ao local escolhido, chamado de pesqueiro<sup>9</sup>, são fixadas às bases, para a captura do peixe (Fotos 16 e 17).



Foto 16- Fixação das bases da cercada.  
Fonte: PIMENTEL, 2004.

<sup>9</sup> Pesqueiro é o nome que é dado a um local no mar, onde previamente o pescador tenha deixado restos de bambus, pedras, madeiras e que por isso haja ali uma concentração de peixes, podendo ser inclusive os restos de uma antiga cercada (PIMENTEL, 2004).



Foto 17: Fixação das amarrações às bases da cercada.  
Fonte: PIMENTEL, 2004.

Para os pescadores a cercada é uma atividade que requer não só tempo para a armação, mas também tempo de vigilância, pois o pescado capturado pode ser roubado, por ataques piratas, como chamam os pescadores. Além de depender das condições naturais como o vento e a força da maré que podem danificar muito a armadilha. O peixe capturado é retirado da cercada com auxílio de um sarrico<sup>10</sup>, para posteriormente ser comercializado no mercado de peixes, ou nos restaurantes ou com os atravessadores<sup>11</sup> (Foto 18).

---

<sup>10</sup> Objeto feito com um aro de arame, tela e um cabo de bambu.

<sup>11</sup> Pessoas que compram o pescado direto das mãos dos pescadores para revender, a maioria ao CEASA.



Foto 18: Forma como o peixe é retirado da cercada.  
Fonte: PIMENTEL, 2004.

As territorialidades relativas aos pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba não se restringem à pesca na Baía de Sepetiba, mas também ao próprio espaço vivido de suas relações sociais ligadas à pesca, como a preparação do trabalho (costura de redes e preparação de armadilhas), ou através das informalidades que surgem decorrentes aos problemas da atividade relacionados à pesca.

O pescador artesanal que passa a maior parte do tempo na Baía de Sepetiba pescando, tem neste lugar o seu espaço vivido, que por si já é reconhecido pela identificação social. Essa identificação é o resultado de práticas espaciais em que caracterizam a construção geográfica de uma sociedade, através da dialética a qual a sociedade faz o espaço, simultaneamente com o espaço fazendo a sociedade (SANTOS, 1996). Para Santos (1994) em “A metamorfose do espaço”, os lugares

estão se tornando únicos, ou seja, mais específicos e singulares, na medida em que se mundializam. Essa mundialização do lugar que ao mesmo tempo tenta homogeneizar criando e/ ou reafirmando as heterogeneidades.

São estas heterogeneidades que cada vez mais são reafirmadas em Pedra de Guaratiba entre os pescadores, que diante de uma das ameaças de suas existências como pescador não comungam das mesmas lutas. Os pescadores da APAPG estiveram juntos por um momento com os pescadores da Colônia Z-14, em 2007, quando a TKCSA começou um processo de negociação com as instituições ligadas à pesca oferecendo as medidas compensatórias pelos danos que a construção de seu porto na Baía de Sepetiba causaria (Anexo J).

Os pescadores ligados a APAPG, que estavam associados à Colônia Z-14, foram expulsos por discordarem do recebimento de qualquer compensação pela exclusão da área de pesca causada pela construção do porto, diante da ameaça à condição de ser pescador. Apesar dos pescadores artesanais cercadeiros se sentirem mais prejudicados, a exclusão social da área atinge também os pescadores artesanais que trabalham com rede.

O processo de desterritorialização dos pescadores artesanais provocado pela construção do porto da TKCSA na Baía de Sepetiba é consequência das territorialidades que a própria empresa vem utilizando para afirmar seu território, aqui pela vertente econômica, que Haesbaert (2001) se refere como sendo a dimensão espacial das relações econômicas, que atinge as classes sociais e modifica a relação capital-trabalho (no dos pescadores artesanais).

Seguramente a primeira estratégia para afirmar o território da empresa na Baía de Sepetiba foi a associação entre a Tyssen Krupp e a empresa Vale S/A, que detém cerca de 27% da TKCSA. Essa parceria se deve ao fato da Vale S/A ser considerada uma das maiores mineradoras do mundo, com sede no Brasil, ou seja, uma ampla experiência distributivista, como operadora logística, que favorece o escoamento de sua produção (PACS, 2009). Entretanto, o interesse é de ambos os lados, pois uma das estratégias da Vale S/A é fazer com que sua produção ganhe mercado global.

Segundo Saquet (2007) um dos papéis principais do território pelo viés econômico, isto é, das atividades industriais, é a acessibilidade. Esses papéis justificam a escolha da Baía de Sepetiba para instalação do porto da TKCSA. Em época de “fluidez moderna”, que o mercado global vive uma intensa competitividade, a instalação de um porto para a TKCSA é uma estratégia de inserção rápida no mercado global.

O território da empresa entendido pela sua apropriação e uso é visto como recurso para atender os interesses da empresa. Dessa forma, Santos (2002, p. 13) afirma que “para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização dos seus interesses particulares”. Nesse sentido, o mar da Baía de Sepetiba como território é visto como recurso para a acessibilidade da produção da TKCSA. Ao mesmo tempo, Saquet (2007) alerta para as relações de poder presentes no contínuo jogo de dominação e submissão, que aqui são a empresa e os pescadores artesanais.

A territorialização da empresa observada pelo controle de uma área delimitada pelo seu porto na Baía de Sepetiba obteve estratégias de domínio social (pescadores artesanais), como as medidas compensatórias para os projetos das instituições de pesca, financiamentos de uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento e de uma escola, com promessa de formação de mão-de-obra para atender aos seus interesses. Entretanto, tais estratégias são financiadas pelo próprio Estado, quando concedeu incentivos fiscais nas esferas de governos municipal e estadual.

Essa força econômica da empresa TKCSA forma territórios heterogêneos que estão simultaneamente, justapostos e sobrepostos, baseados em desigualdades e diferenças, promovendo conflitos. A territorialização da TKCSA através de seu porto na baía de Sepetiba provoca a desterritorialização e a reterritorialização, que para Saquet (2007) e Haesbert (2001) são contraditórias e muitas vezes conflitantes, como na Pedra de Guaratiba, mas se complementam. Dessa forma, “a desterritorialização num lugar significa a reterritorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais” (SAQUET, 2009, p.129).

Os pescadores artesanais da APAPG estão inclusos neste processo descrito por Saquet (2007), porém a erosão de seu território vem acompanhada pela reterritorialização, sendo a dimensão cultural afetada pela dimensão simbólica de seu espaço vivido.

Essas novas territorialidades criadas através da discordância de opiniões dos pescadores e da desterritorialização provocada pelas empresas geraram um cenário de conflitos na Pedra de Guaratiba pelas divergências em relação à empresa TKCSA. Entender estas divergências é entender a tensão que Haesbaert (2006) propõe entre a desterritorialização e a reterritorialização, diante dos vetores da modernidade sobre as sociedades tradicionais que são subjugadas a sua lógica.

Os pescadores artesanais da APAPG discutem a redução do pescado como a causa da decadência da classe tradicional de pescadores artesanais, levando-os a migrar para outras atividades informais, como ajudantes de pedreiros, quiosqueiros e passeios com turistas em seus barcos de pesca. Essa realidade é expressa por Mattos (2007) ao afirmar que o capitalismo gera desigualdades, recriando até mesmo informalidades e exploração do trabalho tradicional pela baixa qualificação.

Por outro lado, o grupo de pescadores da Colônia Z- 14 apóia a construção do porto da empresa TKCSA, demonstrando divergência de opiniões. Segundo o pescador Ubirajara (presidente da Colônia) o porto não traz redução do pescado, pelo contrário, aumenta, pois os pilares de sua construção constituem verdadeiros viveiros de peixes (Anexo N). Já para os pescadores da APAPG a exclusão social (sua desterritorialização) provocada pela TKCSA é uma ameaça à identidade do pescador artesanal, pois o comprometimento do pescado os faz migrar a outras funções. Essas divergências de opiniões entre os pescadores artesanais (Colônia Z- 14 e APAPG) em Pedra de Guaratiba com relação ao empreendimento da TKCSA não ocorrem de maneira harmoniosa, mas sim de forma conflitante, ocorrendo até mesmo agressões físicas entre os presidentes das instituições.

Apesar do pescador artesanal ser simbólico, ou seja, fazer parte deste espaço vivido, que caracteriza um território cultural, há formas distintas de territórios na Pedra de Guaratiba. Esta distinção ocorre pelas territorialidades dos dois grupos

de pescadores artesanais, representados pelas duas instituições, que agem também pelo viés das dimensões econômicas e político-jurídico. A própria aceitação de medidas compensatórias por parte da Colônia Z-14 é uma estratégia pelo viés econômico, que ao seu ver reafirma o território.

Segundo os pescadores há um consenso de que o verdadeiro pescador artesanal, que tem a profissão passada por gerações, não abre mão de pescar, e diante de necessidades econômicas se lança ao mar para suprir o que falta. Por isso, Diegues (2009, p. 15) destaca sobre a importância do corpo hídrico (neste caso a Baía de Sepetiba), pois “desempenha um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida.” Esse modo de vida é a própria caracterização do território que se configura pelas marcas desses grupos tradicionais. Neste caso, os pescadores artesanais têm o bairro de Pedra de Guaratiba como território, ocupado por várias gerações, que não pode ser definido apenas pela extensão territorial, mas pelos símbolos que representam a ocupação de longa data, como a cercada, a Igreja de São Pedro (padroeiro dos pescadores) e a festividade do mês de junho, a capela de Nossa Senhora do Desterro desde o século XVII (Foto 19), a tradicional banda Maestro Deozílio Pinto fundada em 1870 (Foto 20), a própria Colônia Z- 14, que data de 1912.



Foto 19: Capela do Desterro, construída em 1629.  
Fonte: APAPG, 2007.



Foto 20: Banda Deolízio Pinto.  
Fonte: Acervo da família Pinto, 2004.

As territorialidades em Pedra de Guaratiba surgem diante das discordâncias, muitas vezes justapostas, outras vezes sobrepostas, configurando multiterritorialidades. O apoio ou a resistência existente dos pescadores em Pedra de Guaratiba em relação às empresas se caracteriza por uma multiplicidade de estratégias direcionando a multiterritorialidade, que Haesbaert afirma:

À multiplicidade justaposta (e muitas vezes hierárquica) visível até o terceiro desses conjuntos de territorializações, devemos acrescentar a efetiva “multiterritorialização” visível no último tipo, resultante não apenas da sobreposição ou da imbricação entre múltiplos tipos territoriais (o que inclui territórios-zona e territórios-rede), mas também de sua experimentação/reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição. A esta reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não-hierárquicas, é que damos o nome de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2006, p. 343).

A multiterritorialidade se dá através das relações sociais diárias que resultam em experiências justapostas e “integradas” ao espaço, possibilitando a existência de multiterritórios. Logo, “produzir e habitar mais de um território, [envolve] um fenômeno de multipertencimento e superposição territorial” (HAESBAERT, 2006, p. 344). Assim, a ideia de multiterritorialidade formulada

pelo autor é usada para a compreensão do entrecruzamento de territorialidades que, viabilizam e reforçam a construção de multiterritorialidades. Essa construção de multiterritorialidades se dá pelo trânsito dos territórios em Pedra de Guaratiba entre a APAPG e a Colônia Z- 14, ocorrendo pelo relacionamento da dimensão cultural com a política, de territórios e territorialidades geradoras de instabilidades de comportamentos, focos de conflitos no espaço vivido.

Segundo Carlos (1996) o lugar é a base da reprodução da vida. Nesse sentido, levanta a possibilidade de discuti-lo através de sua tríade habitante-identidade-lugar, com as singularidades e especificidades que permanecem nas relações dos indivíduos com o espaço habitado, cotidianamente. Para a autora (1996, p. 20), “as relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental.” Logo, entender as relações que Carlos (1996) se refere é compreender as territorialidades em Pedra de Guaratiba como espaço vivido.

As territorialidades se refletem em conflitos, pois para os pescadores da APAPG a convivência com os pescadores da Colônia Z-14 tem se tornado mais difícil diante da posição assumida frente à Colônia Z- 14 por ser centenária é vista como uma instituição legal de representação dos pescadores, por isso é beneficiada em diversas formas pelo poder público, como na distribuição dos Box do Mercado de peixes construído pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, que gerou conflitos, pois os pescadores da APAPG não participaram desse benefício (Foto 21). Para o pescador, ter um Box significa uma maior facilidade de venda do peixe, além disso, o próprio estatuto da Colônia mostra estrategicamente que os objetivos da instituição é colaborar com o poder público, sendo interpretado pela APAPG como uma estratégia de se beneficiar de projetos públicos e privados (Anexo O).



Foto 21: Mercado de Peixes em Pedra de Guaratiba.  
Fonte: Vinhas, 2010.

A tríade de Carlos (1996) habitante, identidade e lugar dialoga com os três elementos de Agnew, que Oslender (2002) utiliza ao analisar a comunidade negra do Pacífico colombiano. O primeiro elemento, que é a localidade, refere-se ao cenário de interações sociais cotidianas, que em Pedra de Guaratiba apesar de haver divergências entre pescadores constituindo territorialidades, não há conflito identidade no que diz respeito à cultura. Os pescadores que divergem e conflitam entre si são os mesmos que vão à missa na Igreja de São Pedro e pescam na mesma Baía, ou seja, o que caracteriza a cultura de um grupo é o mesmo para o outro, deixando em questão a preservação da identidade diante de ações.

Já o segundo elemento, localização, refere-se à relação das pessoas com o lugar. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento dos pescadores da APAPG está expresso no próprio estatuto demonstrando a defesa do lugar, enquanto que para a Colônia Z-14, o sentimento de pertencimento é expresso em favorecer os pescadores através de medidas compensatórias, uma vez que não estabelece restrições às relações estabelecidas com empresas (Anexo E). Os benefícios aos

pescadores artesanais filiados à Colônia Z- 14 têm sido realizados através da construção da fábrica de gelo e compra de caminhão, para revender diretamente o pescado aos mercados, sem os atravessadores (Foto 22).



Foto 22: Fábrica de gelo e caminhão pertencentes à Colônia Z-14.  
Fonte: Vinhas, 2011.

O terceiro, que é o sentido de lugar, descrito por Oslender (2002) está associado ao sentimento de pertencimento, isto é, da relação das pessoas com o lugar, entretanto, os três elementos destacados não se apresentam isolados, mas dialogam entre si, se completando. Dessa forma, tais elementos dão sentido ao lugar como território, colocando em evidência a autonomia discutida por Castoriadis (1987) como a refundação da democracia e abordada por outros autores como o próprio Oslender (2002) e Pickerill e Chatterton (2006) que a colocam como uma estratégia sócioespacial de resistência, que são os próprios espaços vividos. O próprio Oslender (2002, p. 3) destaca que o espaço vivido é privilegiado “para estudar los procesos de mediación en el campo de

construcción de democracias”. Assim, entender as resistências e o diálogo entre as territorialidades (mesmo que conflitantes) é reconhecer as multiterritorialidades existentes.

Para Diegues (2002) em “Povos e Águas” o pertencimento como valor cultural, que caracteriza a identidade, através das relações com o meio, o parentesco, o valor simbólico e imaginário que formam o sentimento de pertencimento ao lugar é o que caracteriza o pescador artesanal de maneira geral.. Esse sentimento através das relações entre os indivíduos caracterizam também relações de afetividade e identidade do grupo social, pode ser entendido como apropriação que para Haesbaert (1997) é um sentido de pertencer a um território, entretanto, segundo Souza (2001) configura um território.

Esses valores são interiorizados por uma identidade pela população local, que dá o sentido ao lugar como território, através da defesa dos valores e cultura, que para Souza e Pedon (2007) são relações de poder. Assim como, a comunidade negra do Pacífico, na Colômbia, que Oslender (2002) analisa como uma luta pelo território através de uma reinterpretação do espaço, os pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba também lutam pelo seu espaço de vida, principalmente através de suas territorialidades, constituídas pelo sentimento de pertencimento.

A identidade cultural dos pescadores os caracterizam em qualquer lugar, pois é algo interiorizado, podendo ser considerados comunidades multilocais, que para Souza e Pedon (2007), são grupos de pessoas que mesmo migrando para outros lugares continuam ligados à sua cultura, como o gauchismo e a nordestinidade que, segundo Haesbaert (1997) mesmo estando geograficamente distante, suas culturas delimitam o seu território. Para Haesbaert (2001), o processo de desterritorialização não acaba com o território, pelo contrário, o reafirma pelo viés da reterritorialização que origina a multiterritorialidade. Dessa forma, as resistências são ações ou estratégias que aparecem como alternativas frente aos conflitos para os pescadores artesanais criarem seu território, sendo essas ações constituintes da multiterritorialidade em Pedra de Guaratiba.

A própria criação da Associação pelos pescadores na década de 1990 foi uma estratégia considerada uma territorialidade. Havia uma insatisfação em escala

nacional com a gestão das colônias, que eram as únicas instituições representativas da pesca, por isso, a Constituição Federal de 1988 concedeu o direito de fundação das Associações. Apoiados por esse direito, os pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba usaram a estratégia da criação da Associação dos Pescadores Cercadeiros como territorialidade. São essas estratégias que também tornam o espaço vivido como palco da dimensão cultural, pelo fato de poder ser visto como território a partir da apropriação feita pelos pescadores artesanais, criando uma identidade própria. Essa apropriação não é necessariamente material (como a econômica), mas uma forma ideológico-cultural que se expressa no cotidiano, através não só de relações culturais e sociais, mas também políticas e econômicas.

Todavia, é relevante a observação de Haesbaert (1988) que afirma que a identidade está presente ativamente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo diante da ameaça de perdê-la. No caso dos pescadores a identificação cultural está relacionada ao lugar, pela existência de algum corpo hídrico (lagoa, baía, rio) para exercer sua atividade. Assim, se excluído de seu espaço vivido, o pescador sofre a desterritorialização, se reterritorializado em outro lugar, em um outro corpo hídrico, pois sua atividade cria laços de afetividade produzidos pelo conhecimento local (técnica, manejo e forma de produção), retomando a tríade habitante-identidade-lugar (CARLOS, 1996).

Diegues (2002) afirma que pescadores artesanais apresentam um modo de vida particular, mesmo que exerçam simultaneamente outra atividade econômica, pois a pesca é a marca do lugar. Nesse sentido, o bairro de Pedra de Guaratiba é marcado pela pesca artesanal, que para ser compreendida como espaço vivido se deve considerar a interação social e natural, que com a variação da maré no litoral que torna o assoreamento um obstáculo para o pescador vencer até a chegada ao seu barco. O apego à Baía é também o sentimento de pertencimento ao lugar, pois os recursos desse corpo hídrico dão a sobrevivência à sociedade em Pedra de Guaratiba.

Quando a pesca é ameaçada de alguma forma, logo a ameaça também está vinculada à identidade cultural do pescador artesanal, pois o fim do peixe é o fim do pescador. Diegues (2004a), mais uma vez, estima que em todo o mundo haja

cerca de 10 milhões de pescadores artesanais tendo suas identidades ameaçadas, pois essa atividade tradicional vai à contra-mão do crescimento econômico como modelo de desenvolvimento para a acumulação do capital que depende dos meios de produção, como o transporte (navios/ portos), que é importante para o tempo, e, conseqüentemente o giro do capital (HARVEY, 2005). O próprio Harvey (2006) observa ao analisar o processo de acumulação, em suas múltiplas formas variadas de manifestação e transformação na diversidade e particularidades da vida cotidiana.

Como a atividade capitalista está sempre fundada em algum lugar, as condições naturais são fatores que favorecem a acumulação do capital, assim como, a organização social. Com isso, a acumulação depende da apropriação da natureza mesmo que de forma violenta para a sobrevivência do sistema capitalista (HARVEY, 2006), subordinando sociedades à força do capital, gerando um desenvolvimento desigual (LOWY, 1999). Para Smith (1988) as vantagens naturais do lugar explicam os desenvolvimentos desiguais, que com o avanço da técnica nos meios de transporte possibilitam o deslocamento de indústrias, e conseqüentemente, a exploração de recursos naturais e humanos (nesse caso, os pescadores artesanais). Apoiado na ótica econômica de Smith (1988), que discorre sobre a subordinação das sociedades à força do capital, mostra que o capitalismo sempre gerou desigualdades. Essas desigualdades são explicadas pela tendência do capital ao ser homogeneizador, mas que cria também contradições resultantes desse desigual desenvolvimento.

Para Harvey (2006) o desenvolvimento desigual pode ser pensado a partir do desenvolvimento como modelo político-econômico dos países avançados (ocidente) que vêm sendo tratados como progresso econômico, político, institucional e intelectual, mas recebendo uma crítica antiga e contextualizada, como se observa em Rua (2007, p. 144-147). Com isso, a ideia de desenvolvimento desigual é vista como um processo diferenciado a partir do centro, podendo encontrar áreas de resistência à modernização promovida pelo capitalismo, evento que ocorre em Pedra de Guaratiba, com os pescadores artesanais em relação ao empreendimento da TKCSA. Segundo Smith (1988) as áreas são diferenciadas pelo efeito do capital, através da acumulação,

concentração e centralização, que como nivelador direciona a contraditória tendência da igualização e desigualização, resultando em desenvolvimento desigual.

Nesse sentido, Harvey elaborou o conceito de desenvolvimento geográfico desigual, na perspectiva de retomar uma discussão marxista, como afirma Rua (2007). Dessa forma, o desenvolvimento geográfico desigual para Harvey (2006) pode ser entendido pelas lutas de classes políticas e sociais nas várias escalas geográficas, que vão estar associados à espacialidade. Entretanto, as espacialidades são simultaneamente consequências da acumulação do capital que organiza o espaço de forma desigual. Onde há lutas sociais há evidência do desenvolvimento geográfico desigual, pois os conflitos, como os existentes na Pedra de Guaratiba, que originam resistência contra a empresa e entre os próprios pescadores, são decorrentes da “organização capitalista desigual do espaço” (RUA, 2007, p. 165). Todavia Rua (2007) afirma a advertência de Harvey sobre a “mudança de escalas e a produção de diferenças geográficas”, que são elementos contidos na concepção de desenvolvimento geográfico desigual.

No âmbito desses elementos, Lima (2005) destaca que cada espaço possui um feixe de relações sociais que dialogam entre si, porém para entender a escala é necessário entender as articulações entre as diferentes formas de poder, isto é, deve-se selecionar a informação antes da escala para poder dialogar de forma multiescalar sem estar preso a uma. Todavia pensar em diferenciações é possível, através do que propõe Lepetit (1998) sobre a redução da escala, pois não reduz a informação, mas sim permite perceber as particularidades. É nessa concepção que os conflitos existentes na Pedra de Guaratiba são percebidos com complexidade, pois estão inseridos numa pluralidade de contextos (LIMA, 2005).

A complexidade dos conflitos entre os diferentes atores sociais na Pedra de Guaratiba, transformados em lutas podem ser entendidos por ativismos, que para Souza (2004, p. 83) é “uma categoria, por conseguinte, mais ampla, que envolve diversas formas de organização, mobilização e ação dos habitantes da cidade”. Nesse sentido, Ferreira (2007, p.1) acredita na “transformação dos ativismos em movimentos sociais de caráter mais amplo, que agrupem lutas mais específicas”. Para Gomes (2009, p.1) os movimentos sociais são “manifestações de caráter

popular cuja ação social é orientada a fim de obter transformações políticas e econômicas”. Segundo Gohn (2003, p.11-12) os movimentos sociais são entendidos como:

“elementos fundamentais na sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem, como as antigas análises conservadoras escritas nos manuais antigos, ou como ainda são tratados na atualidade por políticos tradicionais”.

Nesse sentido, os movimentos sociais propõem uma mudança de paradigma no contexto econômico e político, não se opondo totalmente ao modelo hegemônico, mas criando alternativas através de modelos próprios, muitas vezes concordando ou não com essa hegemonia. Com isso, os pescadores artesanais têm o direito de refletir sobre suas realidades, considerando o jogo de perdas e ganhos sobre a opção que fazem.

Para Harvey (2006) os movimentos sociais revelam uma variedade de lutas quase infinitas em diferentes lugares do mundo. As lutas mais tangíveis são pela terra, pela moradia, ou pela água, os bosques e selvas, a energia e similares. As lutas pela dignidade e o reconhecimento de certos direitos não são menos expressivas, aliás são mais difíceis de se estabelecer, exceto por seus efeitos.

Os conflitos em Pedra de Guaratiba passam a existir no momento em que o pescador artesanal tem o seu sentimento de pertencimento ao lugar ameaçado pela poluição existente desde a chegada da Cia. Ingá Mercantil e, atualmente pela construção do porto da TKCSA, delimitando área, provocando a desterritorialização, descaracterizando os pescadores artesanais que têm abandonado suas atividades tradicionais para exercer outras funções.

### **3.2. Estratégias jurídico-políticas: o acirramento dos conflitos na reafirmação das multiterritorialidades**

Para Santos (2003) os atores (pescadores artesanais) na complexa relação com o ator homogeneizador (a empresa TKCSA) buscam constantemente se adaptarem ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias

garantirem suas sobrevivência nos lugares. Na recriação dessas estratégias revela-se relações complementares, entretanto, simultaneamente, conflitantes em Pedra de Guaratiba.

Os diferentes olhares por parte dos pescadores artesanais diante da questão das problemáticas na Baía de Sepetiba provocaram rupturas na classe, originando as territorialidades da APAPG e da Colônia Z-14.

A Colônia Z- 14 e APAPG têm relações distintas com a empresa TKCSA. A empresa chegou a dialogar no início de suas instalações com os pescadores artesanais da APAPG, que recusaram qualquer benefício através de medida compensatória, pois entendem que devem ser indenizados, ao invés de compensados. Entretanto, a Colônia Z- 14 aceitou tais medidas compensatórias, apresentando projetos à empresa, que na verdade apenas repassa parte do lucro de quarenta milhões anuais, obtido pela isenção de ISS, prolongado por mais cinco anos, através do Projeto de Lei nº 1/ 2009 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, aprovado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (VIÈGAS, 2007). A forma distinta dos pescadores artesanais enxergarem sua própria identidade permite a existência de particularidades, ao reduzir a escala à Pedra de Guaratiba (LEPETIT, 1998).

Essas particularidades que criam conflitos entre os pescadores artesanais das instituições (Associação e Colônia) são frutos da discordância de ideias mediante as políticas administrativas do poder público e a proposta da empresa, que estão dentro da lógica que Acselrad (2004a) chama de chantagem locacional.

Com relação às medidas compensatórias são na teoria formas de mitigar os problemas ambientais e sociais para os pescadores, isto é, pode-se considerar um meio de manipular e desarticular as populações tradicionais, para que pensem de forma diferente e não consigam arranhar o projeto das empresas. A forma como as medidas compensatórias são entendidas na Pedra de Guaratiba contribuem para a configuração territorial em multiterritórios.

Os pescadores artesanais da APAPG recusaram apresentar projetos à TKCSA para obter medidas compensatórias. Dessa forma, no ano de 2008, cobraram a

empresa judicialmente, indenização, por danos morais e materiais, para que a resistência contra a construção do porto da TKCSA na Baía de Sepetiba ganhasse mais visibilidade.

Uma das estratégias da Colônia Z-14 em ampliar sua influência entre os pescadores artesanais e ser beneficiada por mais medidas compensatórias foi a tentativa de fusão da Colônia Z-15 de Sepetiba, que estava praticamente falida por problemas de gestão interna (Foto 23). Em determinado momento, a fusão foi autorizada pela Confederação Nacional dos Pescadores Artesanais– CNPA, mas foi embargada por ação judicial da Fapesca, com apoio da APAPG (Anexo P). Entretanto, para os pescadores da APAPG era uma estratégia da Colônia em obter mais medidas compensatórias.



Foto 23: Colônia Z- 15 de Sepetiba.  
Fonte: Vinhas, 2010.

A Colônia Z- 14 tem como estratégia o apoio de políticos locais (vereadores), como Nereide Pedregal, que criam leis, na esfera municipal, a fim de destacar uma importância da instituição (Foto 24). Entre as leis criadas estão

as leis nº 1648/2008 (considera de utilidade pública a Colônia Z-14), a nº 1602/2008 (institui o dia 29 de junho como o dia da Colônia Z- 14) e o nº 1603/2008 (dispõe sobre o tombamento da Colônia Z- 14, pelo seu valor histórico e cultural).



Foto 24: Colônia Z- 14 em Pedra de Guaratiba.  
Fonte: Vinhas, 2010.

No bojo dessas estratégias se percebe a relação entre as territorialidades como defesa para os pescadores artesanais reafirmarem seus territórios, que segundo Cox apud Haesbaert (2006, p. 68) são “espaços que as pessoas defendem pela exclusão de algumas atividades e inclusão daquelas que realçam mais precisamente o que elas querem defender no território”.

As estratégias políticas-jurídicas dos pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba remetem a defesa da identidade aos seus modos, gerando

multiterritórios, que surgem de forma conflitante, que Souza (1995, p. 97) define como um “campo de forças”.

Uma outra estratégia da Colônia Z- 14, segundo os pescadores da APAPG, foi a tentativa de cancelar a medida compensatória concedida à Associação de Pescadores de Sepetiba através de ato de repúdio. A Associação de Pescadores de Sepetiba tem o projeto “atravessando o atravessador”, mas o presidente da Colônia Z- 14 afirma que nunca se exerceu atividade de pesca nessa instituição. Sendo assim, enviou documento com assinaturas às empresas a fim de cancelar os recursos enviados.

Outro momento marcante em Pedra de Guaratiba foi a disputa pela legitimidade em conceder o “defeso”, pois o Governo Federal através da Resolução 566/ 2007 mantinha um monopólio dado às Colônias de Pescadores em todo o Brasil, de ser a única instituição reconhecida pelo órgão público a conceder o benefício. Esse monopólio foi derrubado, no momento em que foi concedida pelo Ministério Público Federal no Amapá uma liminar que autoriza as Associações de Pescadores a emitirem documento para o benefício do defeso, em esfera nacional (Anexo Q). Entretanto, a Colônia Z- 14, em Pedra de Guaratiba, através de seu presidente, ainda divulga ser a única instituição reconhecida pelo poder público competente a conceder o defeso. Essa divulgação vai de acordo com a ideia da APAPG de não perder associados, mantendo um quantitativo de membros, para ganhar visibilidade em negociações com empresas.

Para CARDOSO (2001, p. 24) “A própria inoperância de várias Colônias de Pescadores é fruto” da “estrutura imposta e que somente após a promulgação da Constituição de 1988, conquistou o *status* de organização sindical independente”. Dessa forma, em escala local, a Colônia Z- 14, após a Constituição de 1988 e a Lei Federal 11699/ 2008 (Lei das Colônias), que dá mais autonomia as instituições não se desprende do poder público, se manifestando como instituição oficial para seu próprio benefício (Anexo O). Todavia, a estratégia tem atingido seus objetivos, pois todas as atividades oficiais do poder público são realizadas na Colônia Z- 14, como palestras da Capitania dos Portos e assistências do Ministério da Pesca e Aquicultura.

A refuncionalização das Colônias em todo o Brasil, que adquirem status de sindicatos, baseado na Lei Federal 11699 de 13 de julho de 2008, apesar de dar mais autonomia podendo até mesmo ser independente da Federação de Pescadores, também teve restrições, como limite da área de atuação, que a princípio tem uma lógica de domínio sobre as instituições da pesca (colônias). Mesmo após a Constituição de 1988, o setor pesqueiro tem seu desenvolvimento caminhando para uma estrutura atrelada a Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores, que revela o modelo de gestão da pesca, a qual ainda não foi superada (CARDOSO, 2001).

A disputa pela representatividade dos pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba aos órgãos públicos, como MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Trabalho têm ocorrido de maneira conflituosa. A partir do reconhecimento das colônias como sindicato, através da Lei 11699, a estratégia da APAPG, no âmbito de se manter como instituição representativa, tem sido se agregar com movimentos sindicais ligados à pesca, como o Sindicato dos Pescadores e Aquicultores do Rio de Janeiro, que levaram os pescadores da APAPG a Santos para um congresso de discussões de assuntos sindicais de diversas classes trabalhadoras (Fotos 25 e 26).



Foto 25: Congresso das classes sindicais, Santos/ SP.  
Fonte: Vinhas, 2010.



Foto 26: Representantes do sindicato dos pescadores que apoiam a APAPG.  
Fonte: Vinhas, 2010.

Esses fatos contribuem para uma múltiplos territórios em Pedra de Guaratiba, que pode ser entendida muitas vezes como justaposta, por existirem conflituosas divergências entre os próprios pescadores, mas que outras vezes em determinado momento estão sobrepostas de maneira hierárquica. Entretanto, a Pedra de Guaratiba tem se revelado um espaço de resistência, entre a APAPG que tenta impedir as atuações da Colônia, principalmente quando se refere ao apoio às empresas. Por outro lado, a Colônia tenta impedir ações da APAPG através de suas estratégias de representar a classe.

As resistências que causam conflitos exercidas pela APAPG podem ser entendidas até mesmo pelo contexto de fundação, quando o país se inseria na política neoliberal no início da década de 1990. Nesse período o Estado é caracterizado pela Gestão Econômica como prioridade, é facilitador da instalação dos grandes empreendimentos. Nesse contexto a empresa “JICA” em conjunto com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ tentaram implementar o projeto do atum na Baía de Sepetiba, com a justificativa da criação

da tainha em cativo e a captura da sardinha para alimentá-las, outrora o foco principal seria a captura do atum.

Retomar esse contexto histórico é relevante para entender a politização dos pescadores da APAPG, que tem como estratégia a formação de rede para o apoio às suas resistências que geram conflitos, como o apoio ao ato do dia 1º de maio de 2008 em frente à TKCSA, que contou com diversas instituições da pesca, além de ONGs como Rosa Luxemburgo e o PACS, o MST - Movimento dos sem Terra, além de sindicatos, como o Sindicato Estadual dos Professores do Estado (Foto 27).



Foto 27: Ato dos pescadores em frente a TKCSA , Rio de Janeiro (RJ).

Fonte: Fabio Caffé, 2009.

A estratégia realizada pelos pescadores artesanais da APAPG não se restringe a formação de uma rede em escala local, mas ocorre a ampliação desta rede em escala regional. Com isto vem recebendo o auxílio da rede formada pelas instituições que tem ampliado as discussões no cenário nacional com outras como a Organização dos Advogados do Brasil - OAB, o IAB – Instituto dos Advogados do Brasil, a Fundação Instituto Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, Conselho Regional dos Economistas – CORECON, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura –

CREA, o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH, com o objetivo de receber apoio para através de seu conhecimento técnico. sejam feitas análises a respeito da construção dos empreendimentos na Baía de Sepetiba, como o Parecer Técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da Usina Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), por Bruno Milanez e Marcelo Firpo Porto (2009), ambos da FIOCRUZ.

Segundo os pescadores entrevistados em 26/ 02/ 2010 a deterioração da pesca na Baía de Sepetiba e a decadência do pescador decorrem também, das colônias serem centenárias e criadas pela marinha, com a finalidade de zoneamento do litoral para a defesa. Dessa forma, historicamente não atenderam as necessidades dos pescadores, pois os cargos ocupados pela presidência, geralmente, eram por pessoas que não mantinham vínculo com a pesca, mas eram escolhidos por agências do governo (CARDOSO, 2001).

A Colônia de Pesca mais tarde passou a ser conhecida como Colônia de Pescadores e era a única instituição oficial que representava a classe, tendo pelo dever garantir os interesses dos pescadores, através do Estatuto da Marinha em 1923. Entretanto, atualmente, as colônias foram refuncionalizadas, ganhando status de sindicato a partir da Lei 11699. Cabe lembrar que a definição de sindicato no Brasil se dá a partir da Lei Federal 5452/ 43 em seu artigo 551 por:

[...] “associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais exerçam a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas”.

No parágrafo 1º ressalta o seguinte:

“A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica”.

Na definição de sindicato, através dessa lei fica caracterizado o interesse econômico, porém os valores culturais não se enquadram nesse aspecto, se observando a intencionalidade da refuncionalização das Colônias, por parte do Estado, garantindo maiores facilidades à instalação de empresas.

A APAPG e a Colônia de Pescadores Z-14 de Pedra de Guaratiba estiveram juntas por um momento em 2007. Para os pescadores, o grande motivo das discordâncias entre a classe e a separação com rivalidades, é o fato da Colônia não respeitar o disposto na lei e no seu próprio estatuto, que estabeleceu a função de defender os interesses da classe. Para os pescadores ligados à APAPG a Colônia Z-14 serve aos interesses das empresas, recebendo inclusive medidas compensatórias da TKCSA e da LLX, não havendo possibilidades de diálogo enquanto a Colônia receber medidas compensatórias e defender a instalação das Colônias.

Em entrevista realizada em 06 de fevereiro de 2010, o presidente da Colônia de Pescadores Z-14 afirma que as empresas não fazem mal algum a Baía de Sepetiba, e que a construção do porto da TKCSA, ao contrário do que dizem outros pescadores, aumentou o pescado, pois serve como criadouro para a reprodução. Assim, a colônia apóia as empresas e construirá uma fábrica de gelo com o dinheiro da medida compensatória.

Segundo pescadores da APAPG, a nova função das colônias de sindicato traz problemas para a própria classe quando usa a autoridade que lhe é conferida de forma inadequada, cancelando até mesmo as carteiras profissionais de pescadores por contrariarem a vontade de dirigentes da instituição. Os pescadores que perdem o documento oficial emitido pelo Ministério da Pesca são obrigados a assumirem outras funções ligadas à informalidade, como quiosqueiros e ajudantes de pedreiros. Tal fato também ocorre, segundo os pescadores, pela expressiva redução do pescado, que é o recurso de sobrevivência da classe.

Os conflitos existentes pela Baía de Sepetiba levam ao desejo pela autonomia, que só existe porque há o controle. Esse controle que pode ser cultural, político ou até mesmo econômico, são dimensões que constituem pilares da noção de território. Nesse sentido, pode-se entender controle como dominação e/ ou apropriação pelo poder exercido no espaço, que hierarquiza os lugares, que para Castro (2008) não existe, mas sim os atores são quem se submetem.

Segundo Lefebvre (1974) o capitalismo cria espaços hegemônicos, que caracterizam-se pela influência cultural, política econômica. Entretanto, a

hegemonia só existe se houver aceitação pela parte dominada. Dessa forma, a pesca artesanal tem se demonstrado como espaço de resistência em Pedra de Guaratiba, criando estratégias para reafirmar seu território, recusando à desterritorialização. É a tensão do espaço vivido e percebido com o espaço concebido, pois não se considera as particularidades no cotidiano, não percebendo que cada lugar é um pequeno mundo (TUAN, 2005).

A recusa à desterritorialização caracterizada pela resistência é o reflexo da autonomia proposta por Castoriadis (1987), que a vê como o direito de refletir, possibilitando a liberdade para a construção da democracia. A autonomia não é construída por um processo histórico simples, mas complexo, a qual direciona-se a refundação da democracia. Assim, a própria democracia deve ser pensada pelo viés da complexidade, como propõe Morin (1999), pois o não pensá-la de forma complexa recai no erro da heteronomia que é imposta por situações as quais a coletividade é submetida.

Não omitindo a complexidade das resistências, pode-se observar a riqueza da multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2001). Entretanto, o próprio autor remete a ideia de não cair no erro de ignorar essa riqueza ao distinguir a dominação (material) da apropriação (simbólica), que são as condições para a existência das resistências. Nesse sentido, os cerca de 900 pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba apresentam-se em multiterritórios, pois têm sua maneira própria de dialogar com a dominação/ apropriação que lhes são impostas. Os pescadores artesanais não são um grupo homogêneo, motivo pelo qual existem uma Associação e uma Colônia de pescadores na Pedra de Guaratiba.

Em Pedra de Guaratiba, os pescadores artesanais se apresentam de forma heterogênea diante de suas realidades. No entanto, essas heterogeneidades são o que Pickerill e Chatterton (2006) chamam de práticas autônomas, pois revigora o processo político e o direito democrático. Essas práticas evoluem para ideia de geografias autônomas no momento em que se contextualiza o tempo e o lugar como palco das resistências. Assim, se entende melhor as concepções lefbvrianas, dos espaços vividos, percebidos e concebidos citados por Oslender (2002), no contexto do lugar. Os pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba criam conflitos entre si diante da tentativa de homogeneização, através dos projetos das empresas

de medidas compensatórias. A colônia aceita e torna-se parceira das empresas, enquanto a associação rejeita e critica a ação da colônia. São as autonomias que devem ser melhores exploradas, também como projeto coletivo, ou seja, idealismos.

Assim, se tem nas ações da associação (APAPG) um idealismo, que esse grupo de pescadores artesanais insistem em resistir, pois colocam diante de suas realidades a preocupação com suas identidades, através da redução do pescado, diante da redução da área que se pode pescar. Essa preocupação além de ser econômica é também cultural, uma vez que a questão econômica é na maioria das vezes resolvida com a migração para outras funções, como quiosqueiros, pedreiros, entre outras atividades informais. Todavia, a identidade cultural é o que mais tem preocupado pelo sentimento de pertencimento à Baía de Sepetiba. Esse sentimento inclui a afetividade e o conhecimento sobre o mar que é o seu espaço de vida. A perda desse espaço de vida é a transformação do lugar, que para Ianni (1993) é a perda da identidade, ou criação de uma identidade universalizada, que é uma perda para o mundo.

A transformação do espaço vivido é consequência da lógica do desenvolvimento como modelo de crescimento econômico, cunhada no Ocidente, que traz a conotação de modernização via industrialização. O discurso metafórico que se expandiu para o outro lado do mundo sempre foi utilizado no próprio Ocidente para dominação dos povos, que Ianni (1993) chama de “processo civilizatório”. Assim, a valorização da identidade do grupo social, no caso os pescadores artesanais não escapam das rotulações da ocidentalização, mesmo em escala local, uma vez que, segundo Diegues (2004b) são considerados individualistas e não sabem defender seus direitos.

A afirmação de Diegues é de caráter geral aos pescadores artesanais, mas também se aplica à Pedra de Guaratiba, tendo em vista que uma das empresas que instalou-se na Baía de Sepetiba, a TKCSA, segundo pescadores que estiveram na Alemanha afirma que a Baía de Sepetiba é um “espaço vazio”, pronto para abrigar grandes empreendimentos, sem causar danos socioambientais. Este discurso tem servido ao crescimento econômico sem se importar com a coletividade no lugar, excluindo-se a participação dos atores locais no planejamento das empresas. Em

linhas gerais, Souza (2000) discorre sobre o repensar do papel do planejamento, que não consideram as heterogeneidades tentando homogeneizar os lugares, adequando as autonomias ao planejamento, quando os papéis deveriam estar invertidos. Para isso, o diagnóstico deve ser não somente quantitativo, mas qualitativo, pelo viés da autonomia, que vai muito além de números.

A avaliação qualitativa requer diálogo com as resistências, no sentido de respeitar as autonomias construindo verdadeiramente uma democracia, não com privações, mas com liberdades, para que haja desenvolvimento (SEN, 2000), caso contrário as resistências continuarão a existir na tentativa de se fortalecerem e ganharem mais reconhecimento como a comunidade negra do Pacífico colombiano, que têm seus direitos garantidos na constituição do país.